



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
“Educação e Contemporaneidade” 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



PANORAMA HISTÓRICO DAS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES NO BRASIL [i].

Mário Henrique Freire de Carvalho Santana[ii]

Andréa Freire de Carvalho[iii]

Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar um panorama da análise histórica do processo de criação das Escolas de Aprendiz Artífices (EAA's) no Brasil e em Sergipe, na possibilidade de expor os limites e desafios de uma época. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico e análise documental. Concluímos que, o Brasil passava por profundas transformações da industrialização do país e o processo de migração do campo para as cidades, além de estar se adequando recém-instaurada. Nesse ínterim, as Escolas de Aprendizizes Artífices passa a ter um papel essencial no político, econômico e social, sendo, em uma primeira fase, um instrumento de assistencialismo e mais tarde, forma de se promover a industrialização no país.

Palavras chave: Escolas de Aprendiz Artífices; assistencialismo; industrialização.

ABSTRACT

This article aims to present an overview of the historical analysis of the process of creation of the Schools of Apprentices Artisans (EAA's) in Brazil and Sergipe, considering the possibility of exposing the limits and challenges of that time. The methodology used was the bibliographic and documentary analysis. We conclude that, Brazil underwent profound transformations as the example of industrialization of the country and the process of migration from the countryside to the cities, in addition to being tailoring the Republic newly introduced. During this process of transformation of Apprentices Artisans had an essential role into the political, economic and social development, and, in the instrument of welfarism and later, as a way to promote industrialisation in the country.

Keywords: Schools of Apprentice Artisans (EAA's); Welfarism; industrialisation.

INTRODUZINDO O DEBATE...

No dia 15 de novembro de 1891 foi instaurada, independente das divergências historiográficas que rodeia a República Brasileira. O fato é que tal mudança política traz transformações para toda a economia e sociedade. Um exemplo do amadurecimento da ideia de progresso econômico, influenciado pelos ideais positivistas e republicanos que chegavam ao poder, que vem contribuir com o início de um intenso processo de urbanização.

As mudanças ficam perceptíveis também quando pensamos o projeto do governo republicano, que compreende a alteração da sociedade e a busca de meios para lidar com essa crescente urbanização através, por exemplo, de descentralização política, fortalecendo os estados da República e também pela tentativa de moralização da administração pública e melhoria das condições de vida dos pobres da população.

O Brasil, historicamente apresentava naquela época um perfil de um país agroexportador, este não contava com as condições necessárias para lidar com o crescente número de pessoas nas cidades e é nesse contexto que a educação surge como uma opção concreta para atender a esse propósito.

Neste sentido, podemos assinalar que em 23 de setembro de 1909 foi assinado pelo então presidente da República, Peçanha, o Decreto número 7.566, que estabeleceu a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais de todos os Estados da República Brasileira. As Escolas de Aprendizes Artífices eram escolas de nível primário profissional e tinham como objetivo formar operários e contramestres.

O ensino voltava-se preferencialmente para crianças "desprovidas de fortuna", [v] entre as idades de 10 a 13 anos, que possuíam doenças infecciosas contagiantes nem "defeitos que impossibilitassem para o aprendizado". O Decreto direciona como deveria ser o funcionamento das escolas em seus diversos aspectos: contratação de professores, remuneração, organização do currículo, dentre outros.

CONTEXTO POLÍTICO ECONÔMICO E SOCIAL

A sociedade brasileira dentro das mudanças que vinham ocorrendo desde o final do século XIX, principais momentos importantes: a proibição do uso de mão de obra escrava [vii] e a proclamação da república. Esses momentos são oportunos para se entender as mudanças na política e sociedade brasileira que desencadearam uma série de transformações. Um exemplo do papel do estado, o tipo de mão de obra utilizada pela sociedade e o desenvolvimento econômico.

A proclamação da república em 1891 inaugura um novo modo de governo para o Brasil, trazendo novos posicionamentos políticos e ideológicos para as estruturas de poder. Explica Nagle (2001) que a proclamação não derruba o poder dos coronéis e da oligarquia rural, pelo contrário, ainda a fortalece com o advento da política do novo método federalista de divisão do poder. Porém, mudanças políticas e ideológicas ocorrem. Patrício (2003), citando Nagle, ao analisar como a educação passa a ser um instrumento de correção do curso da história, utilizado como preparação para o trabalho e formação do novo homem nacional.

Sendo assim, uma das questões mais importantes para levarmos em consideração dentro desse contexto é o surgimento do pensamento Republicano começa a surgir como sendo um protagonista que no diz respeito às políticas para transição. Podemos perceber essa concepção dentro do próprio Decreto que cria as EAA's, em que uma das justificativas das escolas é a de que "[...] é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à pátria" (Decreto número 7.566, 23 de novembro de 1909).

Outra questão histórica que chama atenção é em relação ao que Cunha afirma ser uma grande desvalorização do trabalho manual, marcada pelo grande preconceito a essa função, por ela estar associada historicamente ao trabalho escravo. Explica, com efeito, que,

numa sociedade onde o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e característica "contaminava" todas as atividades que lhes eram destinadas, as que físico ou a utilização das mãos. Homens livres se afastavam do trabalho manual dúvidas quanto a sua própria condição, esforçando-se para eliminar as a classificação social. Aí está a base do preconceito contra o trabalho manual principalmente daqueles que estavam socialmente mais próximos dos escravos: os pobres (CUNHA, 2000, p.90).

É por conta dessa argumentação que a república, chegando ao poder com forte influência positivista, faz que o trabalho, como explica Queluz (2000, apud Salles) escrevendo que, a república "[...] passaria a considerar parâmetros do pensamento liberal, o trabalho como condição intrínseca ao homem que só se desenvolveria com a criação dos bens morais, pois recupera e eleva o sentido ético dos indivíduos e dos bens materiais (2000 sendo, "[...] seria difícil obter essa valorização do trabalho manual, mas com o fim da escravidão e a instituição livre de mão de obra esse projeto tornou-se necessário" (QUELUZ, 2000, p. 17).

Outro aspecto importante a ser levado em consideração é que o processo de urbanização cresce muito nos anos 1890, ou seja, logo após a instauração da república. PRADO JUNIOR (1998) informa que entre 1890 e 1907 foram criadas 425 fábricas e que isso se aliava a uma política alfandegária de protecionismo industrial por parte do governo Federal. De 1907 até 1920 o número de operários passou de 149 mil para 275 mil, crescimento de quase 90% além dos estabelecimentos industriais ou oficinas que passaram de 3.258 para 13.336 em 1920, demonstrando tendência de crescimento contínuo (QUELUZ, 2000).

A abolição da escravidão, o crescimento econômico brasileiro, a industrialização e o êxodo rural proporcionaram o crescimento nas cidades brasileiras. É possível entender esse crescimento quando analisamos os números das cidades do Rio de Janeiro, que passou de 691.565 habitantes em 1890 para 1.157.873 em 1920, e de São Paulo de 64.934 para 579.033 no mesmo intervalo de tempo (QUELUZ, 2000).

De acordo com Patrício (2003) esse fenômeno de crescimento urbano trouxe sérias consequências para grandes cidades, como: dificuldade de abastecimentos de produtos alimentícios; falta de moradia; aumento do desemprego; epidemias, entre outros. É nesse meio que a educação surge como um possível instrumento para a formação das crianças que estão inseridas neste contexto de miséria e levá-las a uma formação para o trabalho e moralização cívica republicana de modo a deixar implícita a valorização do "novo" homem na sociedade brasileira.

Fonseca (1986) surge como sendo o primeiro a se dedicar ao estudo do ensino profissionalizante, sua obra "História do Ensino Industrial no Brasil", de 1961, a qual já foi reeditada em cinco volumes pelo Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1986. Fonseca aborda a evolução histórica do ensino industrial e profissional no Brasil desde o período colonial até a década de 1960, por meio de documentos, leis, regulamentos e dados.

O autor recompõe a trajetória do movimento histórico do ensino profissional no Brasil, analisando os obstáculos, conquistas e defendendo-o. Sua obra contém preciosas informações sobre decretos, leis e pareceres, possibilitando ao estudioso uma relação estreita com fontes específicas. (PEREIRA, 2011, p. 4).

Cunha (2000) faz uma abordagem crítica sobre a análise dos processos ligados ao ensino profissional, por sua relação às motivações que levaram a criação da escola e o que estava por trás desse projeto. De acordo com ela, o teórico possui uma vasta produção e sua pesquisa "[...] coloca à mesa uma série de fatores que, com eles, explicam os processos que se desenvolviam naquele momento" (2003, p. 17). Em Soares (1980) espelha-se a realidade das Escolas de Aprendizes Artífices, analisando diversos aspectos tais como: a contratação de professores, os salários, os diretos, o currículo, das oficinas, dos alunos, além de analisar a legislação pertinente e as mudanças ocorridas para administrar as escolas (PATRÍCIO, 2003).

AS ESCOLAS DE APRENDIZES ARTÍFICES: panorama brasileiro

Os motivos que levaram o governo republicano de Nilo Peçanha[viii] a criar as Escolas de Aprendizes Artífices por meio do Decreto 7.566, ainda necessita de aprofundamento sobre as verdadeiras motivações as quais se essas vieram puramente para uma formação de mão de obra para a crescente industrialização. Mas, essas são rechaçadas por Cunha, pois segundo ele essas razões estão muito mais ligadas a questões político-econômicas uma vez que essas motivações estavam mais relacionadas com a consolidação de um político apoio ao Governo, como salienta Cunha

Por baixo da capa legitimadora da ideologia industrialista (entre outras, assistencialismo), havia interesses mais palpáveis, em termos políticos, com mecanismo de cooptação de setores locais das oligarquias pelo governo federal, frações latifundiárias das classes dominantes, ligados à agricultura cafeeira. Dito de Escolas de Aprendizes Artífices constituíram uma presença do governo federal oferecendo cargos aos indicados pelos políticos locais e vagas para alunos a serem os encaminhados por eles. A contrapartida não seria difícil de imaginar: o apoio dominante no plano federal (CUNHA, 2000, p. 95).

Continua ele explicando que se as razões fossem do ponto de vista econômico, a presença das escolas deveria depender do número de indústrias nos estados e obedecerem a um

movimento centrífugo, pois foram instaladas de modo disperso, uma em cada estado menores, o processo de industrialização apresentava uma tendência centrípeta. As fábricas tendiam a se localizar no centro-sul, principalmente em São Paulo, como, se transferiam atividades manufatureiras antes desenvolvidas em outras regiões (CUNHA, 2000, p. 95).

Essa questão levantada por Cunha faz sentido quando analisamos a questão de Sergipe. Um estado com pouco desenvolvimento industrial e urbano na época e que mesmo assim, sem um ambiente favorável, recebeu aprendizes artífices uma vez que “[...] este o quadro econômico-educacional com que Sergipe se apresentava em 1906: pouca instrução primária, pouquíssima secundária, nenhuma profissional, agricultura em crise e raras indústrias” (CUNHA, 1986, p.158).

Então, o surgimento das escolas não está simplesmente associado a uma política econômica e industrial, e sim a políticas e sociais mais complexas. Entretanto, as questões políticas citadas por Cunha não são as únicas a serem consideradas. Pois, as escolas também tinham um caráter altamente assistencialista, ao ler o próprio decreto afirma, “[...] considerando o aumento da população nas cidades, a necessidade de habilitar os desfavorecidos para o trabalho e afastá-los da ociosidade ignorante do vício e do crime” (Decreto nº7566, 23 de novembro de 1906).

Ademais, as referidas escolas consideram que seu currículo possuía o ensino primário, fato importante para a formação moral e ética como uma das suas funções. Nesse sentido é que Patrício (2003) coloca a educação das EAA's como de dupla finalidade, pois

como escola de ensino primário, inculcava valores éticos e morais, educando indivíduos para a vida em sociedade, enquanto o ensino de ofícios teria como objetivo qualificar os jovens populares da sociedade através do aprendizado para o trabalho (PATRÍCIO, 2003, p. 10).

Neste sentido, surgem portanto, pelo menos quatro motivações para a criação das escolas: o fortalecimento do federalismo (defendida pelos republicanos que entraram no poder após a perda de força dos republicanos assistencialistas do estado às crianças mais pobres, vítimas da crescente urbanização; moralização da criação

para que não viessem a transformar-se em “inimigas da ordem” e a formação para o trabalho industrial-man

Assim, a escola estava destinada a crianças de 10 a 13 anos e que preferencialmente fossem “desfavoreci Em relação ao seu currículo, as Escolas de Aprendizes Artífices tinham como o objetivo formar operários para trabalhar nas indústrias mediante ensino prático e conhecimentos técnicos necessários aos menores q aprender um ofício, em oficinas convenientes e necessárias ao estado em que funcionasse a escola, especialidades das indústrias locais (CUNHA, 2000).

Seu currículo tinha a intenção de formar para as letras e educação cívica, buscando a “[...] moralizaçã possíveis elementos de desordem” (GOMES, 2003, p. 5). É por isso que seu decreto obrigava a existênc primário destinado à leitura, escrita e matemática, durante o turno da noite e que passou a ser diurno tan 1911, com o regulamento do ministro Pedro Toledo. O curso de desenho era oferecido para os alunos qu utilizá-lo no aprendizado dos ofícios. Complementando o raciocínio Cunha adverte que

essas escolas formavam, desde sua criação, todo um sistema escolar, pois estava uma legislação específica que as distinguia das demais instituições de ensino profi por particulares (fossem congregações religiosas ou sociedades laicas), por gover diferenciava-se até mesmo de instituições mantidas pelo próprio governo federa Escolas de Aprendizes Artífices tinham prédios, currículos e metodologia didática | condições de ingresso e destinação esperada dos egressos que as distingui instituições de ensino elementar (CUNHA, 2000, p. 94).

Nesta perspectiva, é que as EAA´s começam a funcionar em todo o território nacional, ao mesmo tempo e seu funcionamento, se iniciam as dificuldades e problemáticas que vão ser enfrentadas pelos funcionários e das escolas. A questão estrutural, de currículo, os índices de evasão, a qualificação dos mestres e profess das escolas eram problemas presente desde a sua inauguração, começam a ser combatidos em busca de solu

Começaremos a elencar esses problemas com o intuito de especificar quais foram às tentativas da adi solucioná-los. Primeiramente é importante entender que muitas escolas começaram a funcionar rapidamen após o seu decreto entrar em vigência. Essa rapidez na inauguração foi vista por Kunze citado em Pereira (2 possível demonstração de que “[...] a educação profissional do governo federal foi tratada como assun nacional pelos governos estaduais”. Porém é perigoso cairmos nessa generalização, Gomes afirma que

a inadequação para o bom funcionamento das Escolas ficou claro já no início de sua geral, as instalações das escolas se davam em prédios fornecidos pelos gover prevalecia a improvisação em espaços não projetados com a finalidade a que naq propunham. (GOMES, 2003, p. 59)

Patrício (2003) traz em sua dissertação que Sergipe manteve os mesmos quadros encontrados nas EAA Pernambuco, em que a primeira escola foi inaugurada em uma ala do quartel da Força Policial, em q acomodações necessárias, e a segunda funcionou, até 1923, em um casarão que havia sido um mercado d de mangues e sem uma única rua de acesso. Já no Piauí, a oficina de fundição funcionava quase a céu abert

O corpo docente das escolas também foi um problema enfrentado, pois muitas vezes os professores eram p para a função, dificultando o ensino aos estudantes. Sobre essa problemática, Gomes afirma que as oficin geral, “[...] se organizaram precariamente, com professores e, sobretudo, mestres pouco preparados profissional, o que praticamente impedia a formação de contramestres, como pretendia o decreto de criaçã Porém, se todas essas problemáticas estavam presentes, no contexto a maior delas deveria ser com o índice vez que os estudantes deixavam de frequentar as aulas logo após adquiriam o mínimo de condições ne trabalho em alguma oficina da cidade, demonstrando a dificuldade financeira existente no período. O proble evasão pode ser vista desde 1910, quando Luderitz[xi] ao escrever um relatório da Escola de Engenharia d seguinte,

a título de economia, se tivesse deixado os alunos elementares voltarem para suas período da tarde, a influência benéfica e salutar do professor na aula da manhã, ter pelo contato do aluno com os garotos da rua, pois a maior parte das criança são pais a procurarem o meio de vida na venda dos jornais (RELATÓRIO, apud QUELUZ,

As investidas em solucionar tais impasses pelos responsáveis começam uma série de mudanças nos re escolas. O primeiro ocorre ao ano de 1911, quando o ministro Pedro Toledo mediante o Decreto nº 9.070 est questões. Primeiramente é interessante elencar que a preocupação com a infraestrutura se intensific regulamento obriga a qualidade nos prédios, problema citado como um dos mais sérios, como estabelece os 34 do referido documento:

Art. 31 O local destinado às oficinas nas escolas deverá ser suficientemente ventilação o mais possível franca, de modo a fazer-se uma completa renovação do a

Art. 32 As oficinas deverão receber bastante luz solar, e as maquinas ou aparel modo a ficarem completamente iluminados.

Art. 33 O solo dos compartimentos destinados aos trabalhos das oficinas será rigor o mais possível impermeável.

Art. 34 As escolas deverão ser dotadas de aparelhos sanitários, agua potável, suficiente e outros meios que garantam o mais completo asseio e higiene (BRA 9.070).

Outra alteração da regulamentação de Toledo encontra-se na dimensão do currículo que passou a ter o presença nos cursos primários. Para as crianças que não possuíssem certificados de exame em escolas, e todas as crianças[xii], além de outra ação que visava contornar o problema da evasão: o pagamento alunos[xiii]. Fato que em todo o país a evasão era um complicador, pois “[...] grande parte dos alunos se s abandonar o curso no quarto ou quinto anos e receber salários modestos em uma oficina qualquer” (GOMES,

Segundo Queluz (2000) em 1918 se inicia um processo de mudança na mentalidade dos organizadores do e ministro da Agricultura, Comércio e Indústria, lança as bases para essa transformação por meio de um r escreve sobre a necessidade de treinar a mão de obra nacional, pois diminuiria a quantidade de imigrantes e e o perigo de manter a economia tendo como base “apenas dois produtos”[xiv]. O contexto do país começa e com isso as alterações nas EAA´s mudam de perspectiva. Como informa Gomes,

Naquele momento, quando as escolas de aprendizes completavam sua primeira dé construir um novo discurso hegemônico para estabelecer a identidade entre razô Uma política científica reorganizaria o governo e a administração pública a pa puramente técnicos, normatizadores e de cunho hierarquizador. O modelo ideal se ética a ser adotada, a do trabalho (GOMES, 2003, p. 61).

Essa mudança de perspectiva vai resultar no decreto número 13.064, de 12 de junho de 1918. Queluz (2000 livro o discurso do presidente Wenceslau Brás ao congresso sobre o novo regulamento

Em qualquer país, atualmente, toda obra política e civilizadora esta presa à necess das capacidades técnicas e da educação das aptidões pelo desenvolvimento e ensino profissional. Da luta das competições vencem os povos especializados de exigências da indústria moderna (RELATÓRIO apud QUELUZ, 2000, p. 156).

É perceptível que o discurso agora sai um pouco da questão de “auxílio as crianças miseráveis”, e volta a prefeetividade da escola, baseada na formação para o trabalho. Nesse contexto de crescimento industrial durante o meio até fim da década de 1910-20, período em que ocorria a Primeira Guerra Mundial, é fundamental compreendermos essa mudança no discurso. Para o Governo era necessário atender a demanda da indústria e pagar as diárias aos estudantes em 1918, sob a alegação de que elas os atrapalhavam, pois eles ganhavam independentemente de trabalharem bem ou não.

Tais mudanças foram ampliando o debate, e em 1920, é criada a Comissão de Remodelação do Ensino Técnico, que se transformou em 1921 no Serviço de Remodelação do Ensino Técnico, com o objetivo de reestruturar o ensino brasileiro e sob a liderança de Luderitz, buscava tornar as escolas mais eficientes, melhorando seus resultados com os recursos nelas investidos (PATRÍCIO, 2003).

Os relatórios escritos por essa comissão deram resultados, e as muitas críticas e apontamentos levantados em um processo chamado de Consolidação dos Dispositivos Concernentes, em que se consolidou a unificação e uma melhoria no corpo docente, agora formado na Escola Wenceslau Brás[xvi], reformas e aquisição de mais escolas, instituição da merenda escolar, além de um processo muito intenso de industrialização[xvii].

As escolas funcionavam não só como escolas, mas também como indústrias. A defesa desse tipo de escola argumentava que iria ajudar os estudantes, pois eles iriam ver que o seu trabalho traria uma utilidade imediata. Essa industrialização significava que os diretores podiam aceitar encomendas por parte de repartições públicas para serem confeccionadas pelos mestres ou contramestres e seus alunos.

Vale ressaltar que o Serviço de Remodelação funcionou até 1930, durante o Governo Provisório de Vargas, e foi substituída pelo Serviço de Inspeção. As EAA continuaram funcionando até 1942, quando foi promulgada a Lei do Ensino Industrial, dando fim a trajetória das Escolas de Aprendizes Artífices e início às Escolas Industriais no Brasil.

SERGIPE NO CENÁRIO DAS ESCOLAS DE APRENDIZES E ARTIFICES

Logo de início a EAA de Sergipe[xviii] já teve que enfrentar uma dificuldade na sua implantação. Mesmo afirmando que a instalação se daria em um prédio da União e que se não fosse possível seria cedido um prédio do Estado ou Município, isso não aconteceu. Instaurou-se um verdadeiro embate entre grupos que apoiavam a escola e grupos do governo estadual, que como afirma Patrício, não apoiava o projeto da Escola. O jornal *Correio de Aracaju* cobria com grande ênfase os passos da Instalação da EAA em Sergipe, sempre colocando as críticas ao governo para não colocar o projeto em prática. Esse embate não era por acaso, tratava-se de uma disputa política existente em Sergipe.

A oposição era liderada pelos Senadores Oliveira Valladão e José Luiz Coelho e somente após um longo tempo e esforços por parte do diretor Augusto Leite, e senadores, eles conseguiram liberar a verba federal para a escola. Essa demora fez com que a EAA de Sergipe fosse a última a ser inaugurada em todo o Brasil, começando apenas em 01 de maio de 1911, diferente da grande maioria que já começou a funcionar em 1910.

A escola começou a funcionar em um prédio situado na Rua Lagarto, esquina com Rua Maroim. Segundo Fonseca, as instalações eram inadequadas ao seu funcionamento, sendo necessárias reformas que só vieram a acontecer com a administração do diretor Bento Ferreira (FONSECA, 1986, p. 158). O próprio diretor da escola, Augusto Leite, no jornal *Correio de Aracaju* (05/05/1911) que as instalações eram “[...] de dimensões exíguas, sem espaço suficiente para o fim que se destina” (PATRÍCIO, 2003, p. 74). Patrício completa as informações de Fonseca, ao afirmar, com base em pesquisas, que ocorreram reformas também em 1912, além da de 1919 informada por ele. A dificuldade não se arrastou até a década de 40, quando ocorreu uma nova reforma.

A responsabilidade de pensar o currículo das oficinas, inicialmente ficou sobre a direção estadual de cada estado, precisando ser analisada as necessidades industriais de cada estado. Nesse sentido é interessante voltarmos ao currículo da EAA de Sergipe, que possuía 120 matrículas em 1911, nas oficinas de ferraria, mecânica, alfaiate, selaria e marcenaria. Essas eram as oficinas que constavam no currículo de formação profissional da escola.

de desenho e primeiras letras. Porém somente três dessas oficinas funcionaram inicialmente, por conta de um maquinário, as de alfaiataria, marcenaria e ferraria.

Após 1926, com a Consolidação dos Dispositivos Concernentes, nova legislação criada para as EAA's, baseada e elaborada pelo Serviço de Remodelação do Ensino Técnico, o currículo passou ser único para toda a divisão dos trabalhos deixou de ser por oficina e passou a ser por seção, de trabalhos de madeira, trabalhos artes gráficas, de fabrico de calçados e de alfaiataria. Em Sergipe, Gracco Cardoso faz críticas a esses currículos, pois afirma ele ser necessário a presença de uma seção de trabalhos de fiação e tecelagem em Sergipe para a sua grande produção. Patrício explica que essa vacância fez realmente falta, pois "[...] sendo Sergipe um estado de algodão, com fábricas de fiação e tecelagem, não foi aberta a seção de artes têxteis, deixando certa grande parte da população que nesse setor se empregava" (2003, p.114).

O problema da evasão foi presente em todos os estados e em todos os anos e em Sergipe não foi diferente. A reprovação dos administradores da escola por essa prática pode ser vista nas palavras do professor Agenor da seção de Calçados da EAA de Sergipe

É de lamentar, no entanto, que a compreensão dos pais e dos próprios alunos entra em finalidade destas Escolas: em geral, adquiridos os rudimentos da arte e o estudo, os alunos abandonam o curso, sob o pretexto de dificuldades de vida e falta de recursos. Um troco de uns poucos mil réis, aqueles que talvez chegassem a ser, de futuro, e perdendo o pouco que aprenderam em oficinas sem técnica. (REVISTA SERGIPE PATRÍCIO, 2003, p. 124).

Em Sergipe, seguiu-se o mesmo padrão de medidas adotadas pelas EAA's para tentar lidar com a evasão, anteriormente, o pagamento de diárias, a instituição de merenda escolar, a melhoria em relação à questão dos professores que lecionavam nas escolas.

Nesse sentido, o funcionamento da EAA em Sergipe se deu de maneira difícil, estando até em sintonia com o que acontecia nacionalmente na maioria dos estados, e seguindo os mesmos percursos.

FINALIZANDO...

Um dos pontos que merecem mais destaque nos resultados encontrados são as motivações que levaram os alunos às Escolas de Aprendizes Artífices, uma vez que inicialmente, as impressões nos levavam a acreditar que a escola tinha como objetivo a formação de mão de obra para a indústria crescente. Entretanto, os estudos de Cunha (2003) mostram que essa realidade se dava de maneira muito mais complexa, estando envolvidas questões políticas de caráter econômico e social.

É visível o interesse do governo em moralizar e civilizar as crianças que estavam "sofrendo" com as condições de vida durante a crescente urbanização, buscando retirá-las das ruas e da marginalidade para inseri-las no campo do trabalho.

Em relação às escolas em si, a dificuldade na sua implantação, principalmente à infraestrutura dos prédios, a evasão dos professores e evasão dos alunos. Esses problemas demonstram ser uma tendência nos primeiros anos de funcionamento das escolas, se mantendo dessa forma até a década de 1920, quando começam as reformas para buscar a melhoria das condições de trabalho. Contudo, vale ressaltar que as políticas de formação do povo brasileiro continuam com todos os problemas expostos nesse artigo.

Após 1920 o contexto muda, e conseqüentemente as questões que vão influenciar as referidas escolas são as mudanças em que as escolas passam a ser reformada pelo Serviço de Remodelação do Ensino Técnico. Esse processo envolve uma série de transformações, com destaque para a industrialização das escolas, buscando uma maior produtividade.

Na década de 30, o Serviço de Remodelação vira Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, em 1934 se

Superintendência do Ensino Profissional e em 1937 é extinta e a função vai para a Divisão do Ensino Industrial continuaram funcionando até 1942, quando foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, dando fim Escolas de Aprendizes Artífices no Brasil e início das Escolas Industriais para atender a demanda da indústria

REFERÊNCIAS

BERNADETTH, Maria Pereira. **A educação para o trabalho no período republicano e sua contribuição à sociedade Brasileira**, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312975781_ARQUIVO_ANPHUTRABALHOCOMPLETOVEF Acessado em 15 de janeiro de 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino industrial manufatureiro no Brasil**. Revista brasileira de Educação Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_07_LUIZ_ANTONIO_CUNHA.pdf. Acessado em 15 de janeiro de 2012.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino profissional no Brasil**. Vol. 1 e 4. Rio de Janeiro: SENAI,

GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. **As Escolas de Aprendizes Artífices e o ensino profissional na República Velha**, ano 5, número 3, Rio de Janeiro SetDez 2003.

NAGLE, Jorge. **Educação na primeira República**. Brasília: EPU/MEC, 1974.

PATRÍCIO, Solange. **Educação para o trabalho: A Escola de Aprendizes Artífices em Sergipe (1911-1930)**. Dissertação (Mestrado em educação). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

QUELUZ, Gilson Leandro. **Concepções de ensino técnico na república velha: 1909- 1930**. Curitiba: Ed. C

SANTOS, Jailson Alves. **A trajetória da Educação Profissional**. In: 500 anos de Educação no Brasil. Autêntica

SANTOS NETO, Amâncio Cardoso dos. **Da escola de aprendizes ao instituto Federal de Sergipe: 1909-1930**. Brasileira de Educação profissional e tecnológica. Brasília, 2009.

[i] Texto elaborado como resultado da pesquisa intitulada "Escola de Aprendizes de Sergipe: contornos históricos e ideológicos", sob a orientação da Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares, Departamento de Educação. FAPITEC/SE.

[ii] Mário Henrique F de Carvalho Santana é estudante História pela Universidade Federal de Sergipe e Bolsista PIBIC.

[iii] Andréa Freire de Carvalho formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe e Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA-UFS. Participante do Grupo de Estudo em Tecnologias Inteligentes e Educação contemporânea - SEMINALIS e do Grupo de Pesquisa em Formação, Interdisciplinaridade e Avaliação GPFIMA.

[iv] A Escola de Aprendizes Artífices de Campos, no Rio de Janeiro foi a única a não ser instalada na capital (GONÇALVES, 2003)

[v] BRASIL, Decreto 7.566 de 1909. Art. 6º.

[vi] BRASIL, Decreto 7.566 de 1909. Art. 6º b.

[vii] Assinada em 13 de maio de 1888, a lei áurea, que declarava extinta a escravidão no Brasil. No entanto, escreve que, nomearmos o fim da escravidão somente a essa fato esconde séculos de resistências e lutas (PRADO JUNIOR, 1998)

[viii] Em relação às EAA's, o decreto 7.566, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, que ditava o funcionamento das Escolas de Aprendizes Artífices ilustra como deveriam funcionar as EAA's na teoria, sendo importante tanto o Decreto 9.070 de 25 de outubro de 1911 e o Decreto 13.064 de 12 de Junho de 1918 são a base da regulamentação.

nacionalmente e explicam como ela deveria funcionar.

[ix] Sobre o tema ver VIOTTI, 1999.

[x] Existem também pesquisadores que voltaram seus esforços para estudar os exemplos das escolas específicas, como nos é informado por Pereira (2011). Considero importante uma rápida citação desses exemplos: Pereira (1980) voltou-se para a EAA do Pará, Madeira (1999) para a do Ceará, Queluz (2000) a do Paraná e a do Rio de Janeiro, D'Angelo (2000) a de São Paulo, Souza (2002) do Amazonas, Ferreira (2002) a da Paraíba, Patrício (2003) a de Mato Grosso e Pereira (2008) Minas Gerais. Juntos esses pesquisadores, tanto os que se voltaram para questões nacionais, quanto os mais específicos, formam o conjunto de referências que embasam qualquer pesquisa sobre as EAA's e as raízes do ensino técnico profissional no Brasil.

[xi] Luderitz desempenharia mais tarde papel fundamental a frente do Serviço de Remodelação do Ensino Técnico.

[xii] Antes desse regulamento o curso primário era obrigatório apenas para as crianças que não sabiam ler e escrever, enquanto o curso de desenho apenas para as que precisassem, conforme Decreto 7763, de 23 de dezembro de 1909.

[xiii] Então foi criado pelo Ministro Toledo a prática de pagar aos alunos pelos serviços feitos nas oficinas. O governo tinha o intuito de combater esse costume dos estudantes, que deixavam de frequentar as escolas públicas trabalhando nas oficinas privadas.

[xiv] RELATÓRIO apud QUELUZ, 2000, p. 156.

[xv] Queluz (2000) tem a obra voltada para as reformas que existiram a partir de 1920, mediante o Serviço do Ensino Profissional Técnico, que buscava melhorar os resultados insatisfatórios das EAA's até então. : “[...] sua obra vai além e preenche uma importante lacuna da historiografia do ensino técnico brasileiro articulando entre o ensino profissionalizante e o projeto de educação popular que era representado pelos grupos de escolas graduadas da República” (2003, p. 18).

[xvi] A Escola Wenceslau Brás foi incorporada ao sistema técnico nacional em 1919 para melhorar a formação dos aprendizes nas EAA's.

[xvii] Esse processo de industrialização é o mais importante acontecimento da segunda década de funcionamento do ensino técnico em todo o Brasil.

[xviii] Sobre Sergipe alguns importantes escritos devem ser destacados, a saber: Patrício (2003) é referência sobre EAA's em Sergipe com recorte temporal de 1911-1930; o Amâncio C. dos Santos Neto (2009), escreveu publicado na Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica em 2009, como sendo um trabalho de uma análise geral do ensino profissional dentre outros estudos.